

Outras centralidades, outros territórios: repensando a idéia de *lugar*.

Marcus Vinícius Sant'Anna¹

Resumo

Pensar a metrópole contemporânea requer um repensar de antigas categorias de análise, capazes de apreender um espaço social cada vez mais fluido e desterritorializado. Sob o contexto de grandes intervenções e programas urbanísticos emblemáticos, instaura-se muito mais que uma paisagem genérica, mas sobretudo normas e modos de apropriação do espaço, que impõem um cotidiano controlado e uma espacialidade disciplinadora. Entretanto, a complexidade do espaço social se revela quando irrompem momentos onde têm lugar o imprevisível. Nesse sentido, retomar a categoria geográfica *lugar* enquanto ação de natureza tática, permite ao mesmo tempo a possibilidade de leitura do urbano enquanto fenômeno multiescalar e a reflexão que aponta para o restabelecimento da cidade enquanto obra.

Palavras-chave: cidade, urbanismo, lugar, espaço.

Others centralities, other territories: rethinking the idea of *place*.

Abstract

Thinking about the contemporary city requires a rethinking of old analytical categories. They are able to grasp an even more fluid and deterritorialized social space. At the same time, the context of emblematic great urban interventions and programs, inflict a generic urban landscape and modes of appropriation of space, imposing a disciplinary everyday life at public spaces. However, the complexity of social space is revealed when erupt moments where the unexpected takes place. Retake the *place* and its tactical nature allow another view to the urban social space and discuss about the restoration of the city as use value.

Keywords: urban, urbanism, space, place.

¹ Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Geografia pela UFMG; Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa.

Introdução

Na leitura e análise do espaço urbano, devemos nos atentar, sob o risco da simplificação, para a utilização de conceitos e categorias de análise apresentados sob a forma de oposições e dualismos termo a termo. Entretanto, estabelecer tais oposições, como espaço e lugar, ou território e espaço, nos permite interpretar, ainda que esquematicamente, uma realidade difusa e que parece a todo tempo querer escapar ao procedimento analítico. Antes de partir para tal análise, que na verdade terá um caráter mais descritivo que analítico, é importante salientar alguns aspectos sobre a cidade.

Além de complexo, o objeto cidade se fundamenta necessariamente sob a condição da contradição. Nesse sentido, analisando diacronicamente a história da cidade, Lefebvre (1991) argumenta que tal contradição lhe é inata, e sugere que a oposição entre obra e produto, além de bastante antiga, é o que caracterizou, em seu momento de maior plenitude, a cidade arcaica, grega e romana. À medida que os grupos dominantes investiam “improdutivamente” na cidade, seus habitantes participavam ativamente da vida urbana, usando as ruas, praças e monumentos. Realizava-se a *Festa*², que neste sentido também pode ser entendida como estratégia de classe, na medida em que o uso do espaço e a consequente urbanidade era promovida pela aristocracia como forma de persuasão.

À medida que o tecido urbano se estende, o que se faz concomitantemente com o reforço das centralidades urbanas, as contradições do espaço tornam-se ainda mais intensas. No caso das metrópoles atuais, sejam elas centrais ou periféricas, este duplo processo de extensão e concentração de coisas, objetos e relações, transforma seu núcleo tradicional, ou seja, seus centros históricos e simbólicos, em centros de consumo por excelência, mas que, no entanto, possuem ainda os lugares para festa, “*entram no valor de troca, mas ainda é valor de uso*” (LEFEBVRE, 1991, p.56).

Partiremos do pressuposto que, atualmente, persiste nos centros urbanos capitalistas esta mesma configuração dualista e historicamente característica das cidades tradicionais que é a coexistência nas áreas centrais de um espaço que é produto, consumido por quem pode pagar por ele, e também do espaço como obra, fruto de apropriações, formas de uso diversas. Se anteriormente o *lócus* dessa contradição materializava-se na espacialidade da *ágora*, ou da praça de mercado, atualmente ela se realiza, se torna concreta, nos centros ou núcleos históricos, regiões institucionalizadas e delimitadas como tais, correspondentes ou não às áreas centrais metropolitanas. Tais centralidades são, ao mesmo tempo, “lugar de consumo e consumo do lugar”, o que transparece de forma explícita nos inúmeros programas de renovação, reabilitação e requalificação de áreas consideradas como “degradadas”.

A análise e a reflexão que têm como objeto a cidade contemporânea, mais especificamente suas áreas centrais, não deve negligenciar a natureza contraditória do espaço social. É neste sentido que apresentamos algumas diferenças conceituais entre as categorias *lugar* e *espaço*, tendo como base autores que buscaram uma interpretação para além de seu aspecto físico concreto, evidenciando as relações imateriais que se estabelecem entre sujeitos e principalmente o caráter estratégico ou tático do espaço.

Acreditamos que tornar explícita a oposição entre espaço e lugar, pode contribuir para o repensar das

2 A idéia ou o sentido de Festa é definido por vários autores. Para Caillois, Festa é “a ocasião em que, nas sociedades hierarquizadas, se aproximam e confraternizam as diferentes classes sociais e onde, nas sociedades de fraternias, os grupos complementares e antagonistas se confundem, atestam sua solidariedade e fazem colaborar com a obra da criação os princípios místicos que eles encarnam e que acredita-se, ordinariamente, não devem se juntar.” Ver, CAILLOIS, Roger. *O Homem e o Sagrado*, Lisboa: Edições 70, 1988.

estratégias e ações que delineiam nossa experiência concreta na cidade.

Ainda o espaço e o lugar

A definição de *lugar*, podendo estar ou não estabelecida como oposta à de *espaço*, tem sido continuamente submetida, em vários campos disciplinares, à uma análise minuciosa, abarcando sua multiplicidade semântica e a diversidade de interpretações teóricas a seu respeito. No campo da arquitetura e urbanismo, os estudos que se fundamentam na definição de *lugar* se baseiam nesta multidisciplinaridade, tendo os trabalhos clássicos de Yi-Fu Tuan, Christian Norberg-Schultz, Gaston Bachelard e Martin Heidegger³ como referências recorrentes. Buscaremos apresentar interpretações do *lugar* – quase sempre opondo-o à outra categoria – a partir de perspectivas que buscam inscrevê-las sob a ótica de um espaço social, que é acima de tudo um produto social, ou seja, subordinado a processos no qual interagem múltiplos níveis de produção. Assim, os autores aqui apresentados empregam o termo *lugar*, ou em alguns casos *território*, para designar espacialidades usadas ou apropriadas, e que são investidas de valor simbólico. Oposto a esse sentido são usados termos como espaço, paisagem ou redes.

Dessa forma, procurando estabelecer as relações ambíguas entre a dualidade *espaço e lugar*, Sharon Zukin (1996) parte de uma análise das intervenções recentes nas metrópoles de países desenvolvidos, a partir das últimas décadas do século XX. Esta autora, referindo-se à construção da paisagem nas metrópoles atuais, salienta que essas são caracterizadas não somente pela arquitetura *high-tech* dos grandes centros de negócio e consumo. As paisagens pós-modernas são marcadas também, e principalmente, pelos antigos *lugares*, agora renovados, transformados pelos processos de revitalização, capazes de atribuir às antigas estruturas supostamente “obsoletas”, tais como galpões, armazéns, edifícios do século XIX, novas formas e funções, adequando-as à cultura e hábitos de consumo contemporâneos. Nesse sentido, essas antigas formas da cidade industrial passam por uma refuncionalização na pós-modernidade, mas que de alguma forma, conservam um caráter impreciso, “fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico” (ZUKIN, 1996, p.205). Para a autora, esses espaços antigos, agora renovados, são “espaços liminares”, marcados sobretudo por uma ambiguidade presente na maneira pela qual tais *lugares* são apropriados (usados).

Para a autora, a idéia de “*lugar*” está associada à delimitação sócio-espacial comunitária. Assim, cada comunidade define um lugar, o seu lugar próprio com uma perspectiva única, com seus limites espaciais mais ou menos definidos, sua cultura, seus hábitos, modos de vida e relações comunitárias. A erosão da localidade, da comunidade baseada no *lugar*, é feita pela imposição de perspectivas múltiplas, pelas forças do mercado, que passam a constituir uma *paisagem*. Nos centros de muitas metrópoles, tal processo acontece sob a reconstrução e imposição de imagens do próprio vernáculo. Ou seja, uma espacialidade inteiramente nova, pensada por empreendedores imobiliários, burocratas e técnicos, é

3 TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar. A Perspectiva da Experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. NORBERG-SCHULTZ, Christian. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1980. BACHELARD, Gaston. *The Poetics of Space*. Boston, MA: Beacon Press, 1994. HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: *Ensaio e conferências*, 1951.

idealizada e construída utilizando os símbolos e formas que antes eram característicos do *lugar*. Bairros populares ou áreas centrais “degradadas”, com seus prédios subutilizados e áreas ferroviárias, portuárias e industriais abandonadas, passam por revitalizações e uma supervalorização simbólica de sua própria forma, conservando seu caráter estético e atraindo galerias de arte, ateliês de artistas, cafés e boutiques sofisticadas. No Brasil, exemplos como o Pelourinho, em Salvador, ou a revitalização do Bairro do Recife, em Recife, são casos clássicos de reconstrução da paisagem e consequentemente expulsão dos antigos moradores.

Em Belo Horizonte, ações similares estão em curso, como por exemplo o Programa Centro Vivo, através do qual a Prefeitura Municipal pretende reabilitar o chamado hipercentro da cidade (Figura 01). Apesar da escala da intervenção ser bastante superficial e modesta em comparação com outras



Fotografia 1 - Praça da Estação, espaço requalificado, Belo Horizonte. Fotografia do autor, 2007.

experiências semelhantes, e sobretudo, das inúmeras vozes – muito bem intencionadas – que acreditam na viabilização de unidades habitacionais para baixa renda a partir do Programa Centro Vivo, acreditamos que a experiência atual em Belo Horizonte é influenciada pela mesma matriz ideológica que resultou nos inúmeros processos de reatualização de núcleos históricos em cidades nacionais e internacionais. Dessa forma, ainda que esse caso possua especificidades, ele está sujeito às mesmas conseqüências elitizantes das demais experiências.

Retomando Zukin, a constituição desta “paisagem urbana pós-moderna” é relacional. Se tal paisagem se caracteriza pelo seu consumo visual, ela somente existe para aqueles que podem consumi-la. Assim ela não se realiza para grupos não consumidores, excluídos dos altos circuitos de troca. Para

Zukin, “a resistência às múltiplas perspectivas da paisagem pós-moderna pode ser demonstrada com autenticidade por aqueles que não participam dos modos dominantes de consumo visual” (ZUKIN, 1996, p.208). Em outras palavras, podemos dizer que a constituição da paisagem é relacional não só pelo fato de não ser consumida por todos, ou seja, por ser seletiva, mas pela maneira pela qual é apropriada, podendo ser mediada pelo capital ou pelo uso. Essa perspectiva abre o caminho para uma discussão a respeito dos lugares ressignificados no interior das paisagens, uma reconversão em segundo grau, onde a paisagem volta a se torna *lugar*, devido ao fato de estar condicionada a modos particulares de apropriação.

Nessa perspectiva, Guattari (1985) faz uma diferenciação entre o conceito de *espaço* e o de *território*, de forma que o primeiro se refere a arranjos espaciais conformados para atender a determinadas funções que são pré-estabelecidas, apresentadas num plano, projeto, ou programa. O segundo se conforma a partir de significados simbólicos que lhe são atribuídos por uma coletividade, relacionando um grupo e seus usos do espaço a uma delimitação físico-concreta. *Espaço*, portanto, seriam os lugares planejados e projetados que repertoriam a prática do urbanismo e do planejamento das cidades, visando atender a determinadas funções, compreendem equipamentos urbanos como praças, parques, avenidas etc (foto 02). Por sua vez, os *territórios* seriam uma espacialidade materializada fora da ordem do sensível, definidos a partir de relações subjetivas:

Os Territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém, ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita (GUATTARI, 1985, p.110).

Para o autor, existe um momento historicamente datado, onde haveria ocorrido uma inversão na relação entre *espaço* e *território*, de modo que o primeiro vem suplantar o segundo. Tal momento coincide com a emergência da cidade capitalista, quando a cidade tradicional deixa de ser um conjunto de espaços significados e passa a ser definida como uma “resultante da interseção de equipamentos”(GUATTARI, 1985, p.110). A emergência de centros urbanos totalmente planejados, a partir da racionalidade urbanística que impõe ao espaço uma funcionalidade inscrita em zonas e equipamentos coletivos, tem por consequência suplantar a cidade tradicional e suprimir seu sentido de obra, ou seja, de espaço passível de ser livremente apropriado como bem entender o cidadão. Conforme sugerido por Zukin, esse processo é levado a cabo tendo muitas vezes como modelo ideal a própria cidade tradicional e seus valores, configurando-se então uma simulação, ou espaços-simulacros.

Para Guattari, a tensão de forças entre *espaço* e *território* determina resultantes contraditórias, onde em um espaço funcional, podem ocorrer processos de ressignificações, que são a base para novas reterritorializações, entretanto artificialmente produzidas, conduzidas pelo poder hegemônico. Essa “ressignificação capitalista do espaço” teria como principal função a recuperação de antigos signos, produtores de significados, fazendo-os trabalhar a favor do sistema. Em Guattari as ressignificações “artificiais” apresentam o mesmo sentido da inversão entre *paisagem* e o *vernacular* apresentado por Zukin. Em ambos os autores, o sentido de *lugar* torna-se um objetivo, uma estratégia, imposta de cima para baixo.

Entretanto, mesmo sob o contexto da conformação de *lugares artificiais* ou de *espaços*, existe para Guattari, a formação de “espaços existenciais”, uma vez que haveria um desvio no uso, na utilização de equipamentos urbanos que foram projetados para finalidades específicas. É nesse sentido que se constituem os “*territórios de subjetivação* ou *territórios existenciais*” (GUATTARI, 1985, p.114), configurando-se como a



Fotografia 2 - Praça Sete, Belo Horizonte. Fotografia do autor, 2007.

possibilidade de resistência diante de espaços cada vez mais homogêneos, e hoje, mais do que nunca, dos espaços requalificados. A constituição desses territórios correspondem ao momento de realização de uma *micropolítica*⁴ como via de resistência à atomização da vida. É neste mesmo sentido que Leite (2004), ao analisar os usos e apropriações do espaço no bairro revitalizado do Recife Antigo, utiliza a expressão *contra-usos do espaço* enquanto momento tático. Tais ações são criadoras de possibilidades:

não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como de possibilitar que o espaço resultante das ‘estratégias’ se cinda, para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam (LEITE, 2004, p.215).

Ao discorrer sobre a categoria *espaço*, De Certeau (1994) não procede a uma análise propriamente dita da espacialidade concreta, ainda que se refira a ela. Sua reflexão sobre o *espaço* e *lugar* deriva de um estudo dos relatos – orais e escritos – das estruturas narrativas *sobre o espaço*. A partir do momento que tais relatos se referem ao *espaço*, eles também organizam os *lugares*, pois fazem percursos, qualificam o território.

É necessário então relativizar a discussão entre *espaço* e *lugar* nesse autor, para quem as práticas espaciais são ações narrativas que se referem ao *espaço*. A partir daí este autor utiliza dessas estruturas narrativas como decodificador do espaço, sendo elas, portanto, o meios que permitem a De Certeau “ler” a cidade, aqui transformada de fato, em texto urbano.

Assim, o *lugar* se refere a uma relação entre elementos que definem equilibrada e harmonicamente um determinado campo. Circunscrito a essa delimitação, cada elemento separado realiza uma performance que lhe é especificada previamente, realiza um trabalho estável e constante, e definem uma ordem imutável. Correspondem aos objetos produzidos pela técnica; praças, calçadas, edifícios públicos, mobiliário urbano. Para De Certeau, as possibilidades de se fazer uso deles já estão dadas de antemão,

⁴ *Micropolítica* é um conceito desenvolvido por Guattari, o qual se refere às práticas que têm como efeito alterar as percepções e os valores entre um grupo e um objeto, fato ou fenômeno. Ela é sempre uma ação, um modo de posicionamento de natureza insurgente, disparado por aquilo que ele chama de *efeitos de subjetivação*. Ver GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 1996.

pois para cada forma, existe uma função. Um ponto de ônibus não pode ser utilizado senão como um local onde os usuários se assentam e aguardam o momento de embarque. “Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do próprio: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada qual situado num lugar próprio e distinto que define” (DE CERTEAU, 1994, p.201). Aqui, o *lugar* é o *locus* daquilo que é prescrito. Nesta acepção, o uso – e não a utilização – de um ponto de ônibus como equipamento esportivo por exemplo, seria um evento transgressor.

De maneira oposta, o *espaço* supõe uma cinética própria e variável. Ele é o não-campo definido pelo movimento caótico e não articulado entre seus elementos. Para De Certeau, “o espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam, e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais” (DE CERTEAU, 1994, p.201). É importante perceber que em De Certeau, os termos *espaço* e *lugar*; têm sentidos opostos às acepções que até agora foram apontadas por outros autores. Enquanto o *lugar* corresponde a um nível máximo de coerência entre a função e o uso, tendendo no limite ao sentido mais estrito do normativo, o *espaço* é o lugar subvertido por componentes que suscitam a incoerência e o imprevisível: “A rua geometricamente definida por um urbanismo, é transformada em espaço pelos pedestres” (DE CERTEAU, 1994, p.201). Podemos ilustrar a idéia de espaço enquanto lugar subvertido retomando o caso de Belo Horizonte, onde *skatistas* e artesãos promovem ressignificações na espacialidade dos calçadões fechados da Praça Sete de Setembro, através de (re)apropriações bastante diferentes daquelas para as quais a Praça fora projetada. Isso faz do local um palco de tensões constantes entre comerciantes locais que negociam o uso do espaço, jogadores de damas, artesãos, skatistas, e pedestres. (fotos 03 e 04).

De uma forma mais imprecisa, Santos (1994) apresenta uma noção de *lugar* que reflete a complexidade e impossibilidade de definição do próprio objeto. Tal noção passa pela necessidade de reconstrução do conceito de *território*, o qual deve ser examinado não sob o ponto de vista de sua espacialidade, mas a partir das formas como é usado. Tal uso se modifica constantemente devido às transformações de formas e funções urbanas sobretudo se a antiga noção de *território* institucionalizado pelo Estado como base de uma Nação, for suplantada por uma nova conceituação de território que é transnacionalizada.

Para este autor, o território hoje deve ser entendido em termos de horizontalidades – *lugares* ligados por contigüidade espacial – ou verticalidades – pontos distantes ligados por formas e processos sociais, o que supõe a noção de rede. Sendo assim são, todavia os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas (SANTOS, 1994, p.17).

Trata-se de uma espacialidade usada e transformada a todo o momento, seja pelas determinações de uma ordem distante (o Estado, as multinacionais, os órgãos internacionais), seja pelos usos que escapam à transnacionalização do território. Neste sentido, o *lugar* é representado também como um espaço social híbrido, ainda que este autor saliente mais seus atributos físicos e as relações baseadas em um mesmo espaço, do que as relações entre espaços diferentes. Assim, ele é uma espacialidade onde se ancoram as relações mais imediatas da vida, configurando o plano do vivido e contendo uma



Fotografia 3 - Tensões entre o espaço e o lugar. Praça Sete, Belo Horizonte. Fotografia do autor, 2007.

componente geográfica do cotidiano, que devido à sua contigüidade física, supõe a troca, a partilha e a inter-relação entre indivíduos, configurando-se como *locus* da política. Para Santos, os sujeitos praticantes que conformam o *lugar* são os excluídos dos processos acelerados impostos pelas redes, sendo assim um espaço praticado por “homens lentos”, capazes de experimentar a cidade – ou o que restou dela – sem se submeter completamente aos artificios ideológicos e normalizações da realidade urbana. Mais do que isso, o tempo lento propicia a seus sujeitos, a reapropriação do espaço: “... encontram novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas” (SANTOS, 1996, p.261).

Outra conceituação de *lugar*, mais voltada para a problemática das identidades no momento atual de mundialização, é explorada por Doreen Massey (2000). Para essa autora, o desenvolvimento de uma outra noção de *lugar* se faz necessária quando a suposta compressão espaço-tempo⁵ teria como uma de suas consequências a perda de referenciais e identidades, ligadas à sensação de pertencimento que um determinado grupo possui em relação a um *lugar*.

Para Massey, atualmente há a necessidade de se pensar em que condições devem-se reconstituir o conceito de *lugar*, de forma que ele seja compatível com as novas e constantes desterritorializações causadas pela reestruturação produtiva e que levou ao reinvestimento e revalorização do espaço. A autora desenvolve seu conceito como forma a estabelecer “um sentido adequadamente progressista do lugar” (MASSEY, 2000, p.181). Dessa maneira, busca uma noção que permita que as singularidades e a sensação de pertencimento seja compatível com a “condição pós-moderna” em que vivemos, sem se posicionar, no entanto, de uma maneira radical.

5 Neste sentido ver os trabalhos de Harvey e Soja: HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005, SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993.



Fotografia 4 - Praça Sete, Belo Horizonte. Fotografia do autor, 2007.

Este sentido progressista de *lugar* tem como ponto de partida os processos que o articulam com o exterior, e não mais as relações inscritas dentro de determinados limites preestabelecidos. Portanto, o *lugar* definido por barreiras que limitam um dentro e um fora, ou condicionantes temporais, como por exemplo a existência de uma história ou tradição própria, parece ser superado no momento em que este mesmo *lugar* passa a ser pensado como evento, como acontecimento, como conjunto de relações sociais que conformam uma teia em constante mutação, podendo ou não estar apoiada em um substrato material. Neste sentido Massey afirma que:

Trata-se de um lugar de encontro. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como lugar em si, seja uma rua, uma região ou continente. Isso por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2000, p.184).

O esforço teórico de reconceituação do *lugar* em Massey parece ter resultado em uma redefinição paradoxal, no qual o *lugar* se torna resultado de condicionantes que o des-especializam, pois as relações sociais que o conformam estão, sob a perspectiva de Massey, cada vez menos articuladas com seu sítio físico ou com sua tradição histórica. De fato, tal idéia de *lugar* é capaz de abranger a diversidade de novas relações sociais que se desenham em uma emergente “sociedade da informação” e essa “consciência global de lugar” se compatibiliza à noção de redes, as quais se constituem na perspectiva abordada por Castells, como “a nova morfologia social de nossas sociedades” (CASTELLS, 1999, p.497). Podemos

exemplificar esse novo lugar como o surgimento das milhares de redes de relacionamento pessoal no ciberespaço, sobretudo a partir da popularização de serviços online como Facebook, MySpace, Twitter, Orkut e outros tantos pela Internet. Tratam-se definitivamente, de *lugares* não espacializados e que se apresentam como novos espaços para pensar e agir sobre a cidade.

O Lugar entre táticas e estratégias

Mais do que a estabelecer diferenças entre as categorias *espaço, lugar ou território*, enfatizaremos a natureza das *ações* que os qualificam enquanto um ou outro, lançando luz sobre a espacialidade (real ou virtual) enquanto condição para a ação. Dessa forma, ganha relevância compreender o significado daquilo que De Certeau conceitua como *táticas e estratégias*.

Para esse autor, as *estratégias* definem intervenções localizadas, operações de natureza impositiva determinando um campo regido pelo poder. As *táticas* por sua vez tomam forma no interior do terreno das estratégias, utilizando os elementos da própria estratégia, os alterando, transformando, manipulando e modificando a seu favor. Esse processo de “feitura”, essa transformação, supõe portanto modos de lidar com o que é imposto ou estabelecido. No âmbito da cidade, o uso do espaço é uma modalidade, é uma “maneira de fazer” (DE CERTEAU, 1994).

Estratégias e táticas compreendem um processo no interior de outro processo. Àquilo que é (im)posto - no caso do espaço urbano, intervenções implementadas pelo Estado, pelo capital, ou pela conjunção de ambos – resultam formas de apropriação, que podem ou não corresponder às finalidades definidas pelo urbanismo. Assim, essa apropriação pode apresentar uma natureza passiva, que atende ou corresponde às determinações do projeto, ou um caráter ativo, que se apropria à sua maneira, transgredindo a funcionalidade original de um objeto. Para De Certeau, os “modos de fazer” correspondem de maneira geral ao consumo transformador daquilo que é estabelecido pela ordem corrente. Tratam-se então as *táticas*, de uma maneira de fazer que é por essência, um consumo subversivo do produto estratégico: “Estes estilos de ação intervêm num campo que os regula num primeiro nível, mas introduzem aí uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras e constitui como que um segundo nível imbricado no primeiro” (DE CERTEAU, 1994, p.92).

É explicitado por Harnecker (2006) outro sentido ao analisar o conceito de *estratégia*, a qual implica, inicialmente, um exame da correlação de forças sociais em questão, e na determinação de objetivos a serem alcançados ao longo do tempo segundo as posições, os movimentos do “oponente”. Analisando o sentido do termo estratégia no domínio militar, Harnecker afirma que:

dá-se o nome de estratégia à forma de planejar, organizar e orientar os diversos combates [...] tendo em conta uma visão de conjunto de todas as forças com as quais se conta, assim como das forças inimigas, para atingir o objetivo fixado: ganhar a guerra contra determinados adversários (HARNECKER, 2006, p.67).

Analisando o significado que o termo adquire no domínio da luta de classes⁶, politicamente a estratégia é construída a partir da: i) análise da correlação de forças; ii) construção de articulações

6 Harnecker faz uma retomada histórica do emprego e definição dos termos *estratégia e tática*, empregado por Lênin no contexto específico da revolução russa do início do século passado.

capazes de levar adiante um objetivo; iii) subordinação de uma massa a um núcleo, uma “vanguarda”; iv) orientar os objetivos no sentido de uma estratégia unificadora. Nessa acepção podemos considerar que uma estratégia implica ações táticas. Essas últimas se relacionam diretamente com a situação concreta e específica de cada momento, a posição absoluta entre os atores no “tabuleiro” espacial. Um movimento estratégico é capaz de organizar uma ofensiva maciça, quando a correlação de forças é favorável às forças em questão e, ao mesmo tempo, saber organizar uma retirada quando essas se apresentam em desvantagem. Sobre a tática revolucionária Harnecker a define como “o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política” (HARNECKER, 2006, p.89).

Enquanto que Harnecker compreende a *tática* enquanto modo de ação que coloca em prática determinados objetivos estratégicos, podendo então ambas constituir um mesmo campo de força, em De Certeau as *táticas* são definidas como ações de natureza oposta à *estratégia* dominante, de modo que uma e outra configuram campos de força distintos. Nesse sentido, as táticas são reações à ação estratégica e ganham concretude no campo dessas últimas. Entre esses dois autores então, as definições de tática assumem sentidos opostos. As *táticas* dependem, para De Certeau, de tirar proveito da ocasião, aproveitar das falhas do imprevisível e instaurar o imprevisto. Assim, o que as define são os momentos do possível, que surgem no interior de um espaço de poder, objeto ou campo próprios de uma estratégia. Trata-se a tática de uma ação insurgente no interior do espaço do outro, e neste sentido De Certeau acredita que as práticas cotidianas têm antes um caráter tático que estratégico,

gestos hábeis do ‘fraco’, na ordem estabelecida do ‘forte’, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidade nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos” (DE CERTEAU, 1994, p.103).

Trata-se mesmo de um movimento de “fazer com”, que permanece de certa forma sufocado pelas coações impostas pelas estratégias do Estado e da lógica da mercadoria, que impõem uma racionalidade que lhe é própria e também um cotidiano que transforma os cidadãos, antigos “usadores” do espaço, em “utilizadores” do espaço.

Considerações finais: o lugar como hipótese

As reflexões aqui expostas têm em comum o fato de se reportarem ao espaço social da metrópole como um campo de tensões. Nos termos de De Certeau, esse campo é marcado pela dualidade entre as determinações estratégicas colocadas por uma ordem distante e as ações de natureza tática que irrompem no cotidiano. Assim, toma forma o *lugar* enquanto momento subversivo, se estabelecendo em diversas escalas; desde o nível macro, aquele da metrópole, onde coletividades buscam restituir ou garantir sua autonomia através de movimentos sociais, até o nível micro, na escala do corpo, que determina o uso dos objetos, reapropriados através de outras “formas de usar”, como por exemplo os momentos já citados nos calçadões da Praça Sete e até mesmo a apropriação de espaços ainda não requalificados como o Quarteirão do Soul⁷ (foto 05).

7 Sobre o Quarteirão do Soul, ver RIBEIRO, Rita Aparecida da Conceição. Identidade e Resis-



Fotografia 5 - Quarteirão do Soul, Belo Horizonte. Fotografia por Gustavo Dragunskis, 2006.

O corpo neste sentido é produtor de outros espaços, constituindo “territórios de subjetivação”, como propõe Guattari. Este outro espaço pode ser entendido através dos usos alternativos de equipamentos públicos, mobiliários urbanos e espaços públicos. Trata-se de uma refuncionalização da cidade em sua escala arquitetônica, uma reprogramação do espaço, criando *lugares* nos quais emerge a diferença (LEFEBVRE, 1991b). Essas possibilidades contém, no sentido proposto por Rancière, um caráter político, pois nesse sentido, no interior dos espaços estratégicos, os espaços renovados ou revitalizados, espaços que são acima de tudo campo de controle (*polícia*) que se irrompem as perturbações no sensível, a *política* portanto (RANCIÈRE, 1996).

A noção estabelecida por Guattari e De Certeau supõe como imprescindível uma espacialidade físico-concreta como base para o *lugar*, seja ele um espaço ressignificado, seja um espaço usado e apropriado. Em Santos, entretanto, e principalmente em Massey, as determinações que fazem com que o *lugar* assuma algum caráter de resistência, são provenientes mais das relações estabelecidas verticalmente (utilizando o termo de Santos), do que propriamente de um resultado de ações insubordinadas (transgressões) tomadas sobre uma espacialidade contígua. Apesar disso, ambos os autores apresentam concepções de *espaço* e *lugar* que nos auxiliam a reflexão sobre a metrópole no contexto atual onde emergem grandes intervenções e projetos urbanos, tomados como soluções e condições *sine-qua-non* para a inserção das “cidades” nos circuitos superiores de fluxos de capital. A produção desses espaços renovados sugere, no limite, aquilo que Augé conceituou como o *não-lugar*: “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (AUGÈ, 1994, p.73). Podemos pois afirmar que este não-lugar tem o mesmo significado que espaço em Guattari,

tência no Urbano: O Quarteirão do Soul em Belo Horizonte. UFMG, Tese de Doutorado, 2008.

ou lugar em De Certeau, ou paisagem em Zukin.

Acreditamos que uma outra cidade, mais justa e interessante, pode ser repensada a partir do *lugar*; categoria que funciona – desde os anos 60 do século XX – ao mesmo tempo como parâmetro propositivo e analítico no campo disciplinar da geografia, arquitetura e urbanismo. Devemos entender o *lugar* enquanto realização do não-prescrito, enquanto realização do não-normalizado pelas leis e códigos de conduta, que muitas vezes impedem a reapropriação criativa do espaço. O *lugar* pode ser a possibilidade hipotética da reapropriação livre dos espaços públicos, sobretudo aqueles nos quais a lógica do mercado tornou seletiva qualquer apropriação. Em outras palavras, trata-se de considerar o *lugar enquanto restituição do valor de uso ao espaço*. Por último, é urgente pensar os termos desta reapropriação, no momento atual onde a cidade se *des*-espacializa, ou ao menos, tende a se tornar, enquanto totalidade, um objeto no qual a virtualidade é a cada dia mais presente – portanto mais real – e conformadora do cotidiano.

Referências Bibliográficas

- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *The Poetics of Space*. Boston, MA: Beacon Press, 1994.
- CASTELLS, Manuell. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. In: *Espaço & Debates* (São Paulo) Ano V, N° 16. 1985.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes. 1996.
- HARNECKER, Marta. *Estratégia e Tática*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: *Ensaio e conferências*, 1951.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991a.
- LEFEBVRE, Henri, *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991b.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Aracaju: Editora UFS. 2004.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.
- NORBERG-SCHULTZ, Christian. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1980.
- RANCIÈRE, Jacques. O Dissenso. In. NOVAES, Adauto (Org). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.367-382.
- RIBEIRO, Rita Aparecida da Conceição. *Identidade e Resistência no Urbano: O Quarteirão do Soul em Belo Horizonte*. UFMG, Tese de Doutorado, 2008.
- SANTOS, Milton. et al. (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec. 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar. A Perspectiva da Experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas Pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 204-219, 1996.

Fonte das Ilustrações

1-4. Arquivo pessoal do autor do presente trabalho

5. <http://www.flickr.com/photos/dragunskis>